

O papel do Parlamento na redução da pobreza: otimizando abordagens de políticas macroeconómicas

**Uma SADC-PF
Mesa-redonda local para deputados SADC**

**GAUTENG, ÁFRICA DO SUL
24 de NOVEMBRO 2006**

COMUNICAÇÃO:

EM

Análise, Monitorização e Avaliação de Políticas macroeconómicas Pró-pobres: Papel de um Parlamento Pró-activo

Por

Prof Earle Taylor

(Acordo Nr. ____/2006)

***GRADUATE INSTITUTE FOR LEADERSHIP
AND PROFESSIONAL DEVELOPMENT (GILPD)***

Novembro, 2006

Análise, Monitorização e Avaliação de Políticas macroeconómicas Pró-pobres: Papel de um Parlamento Pró-activo

Prof Earle Taylor
(Consultor Parlamentar)

RESUMO

A ideia que serve de sustentação a políticas macroeconómicas pró-pobres não é nova. O que é novo é a força que ela reuniu durante os últimos 30 anos e, para além disso, a série de teorias, modelos e medidas que surgiram na última década e meia. As políticas pró-pobres nos países em desenvolvimento têm sido expostas para serem largamente apoiadas com ajuda e avultados capitais estrangeiros. O caso de África reforça esta situação, visto que muitas das suas economias nacionais estão ainda sobrecarregadas por falta de aptidão indígena, corrupção feroz, hostilidades tribais recorrentes, disputas fronteiriças e guerras. Dadas as várias imposições concorrentes aos limitados recursos governamentais, o papel dos parlamentos tornou-se ainda mais crucial a fiscalizar políticas pró-pobres e a monitorizar os respectivos processos de implementação. Associado a esta iniciativa está o desafio aos líderes actuais e aos emergentes para a prática de boa governação e para encorajarem a participação generalizada dos cidadãos na constituição e cumprimento de políticas pró-pobres.

INTRODUÇÃO

Chenery: 1974, um teórico de destaque em questões de desenvolvimento via as políticas pró-pobres como as que suportavam o crescimento formal enquanto, ao mesmo tempo, promoviam o acesso ao emprego e ao fluxo de receitas para trabalhadores com um salário e um nível de competências baixas. Sendo um dos estudiosos mais importantes, a perspectiva de Chenery alimentava a teoria clássica de criação de riqueza por intermédio de uns poucos e colaterais benefícios para as massas, cujo argumento foi tornado conhecido na Ásia e na América Latina nos anos 70 e 80, através da hipótese do “desenvolvimento a conta-gotas”. Ravallion: 2004, na sua análise ex-post de políticas

macroeconómicas fracassadas, nos anos 70 e 80, na América Latina, dá credibilidade à noção de Chenery com a evidência de que “1% no aumento do rendimento per capita pode reduzir o aumento da pobreza em 4% dependendo do país e da época”.

As suas percepções de crescimento sustentado de pró-pobres, durante quase duas décadas, o *Structural Adjustment Programmes* (SAP) (Programas de Ajustamento Estrutural) e o *National Poverty Reduction Strategies* (PRSS) (Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza) do Banco Mundial e a *Poverty Alleviation Programmes* (PAPs) (Programas para o Alívio da Pobreza) e *Poverty Reduction Programme Strategies* (PRPS) (Estratégias para a Redução da Pobreza) do UNDP impulsionaram a política de empréstimos e programas de cooperação técnica através da maior parte dos anos 80 e 90.

Apesar da evidente popularidade da estratégia destes programas, os países da América Latina, nos meados dos anos 80, caíram na sua pior crise de endividamento que se arrastou pelos anos 90. De acordo com a sucessão de fracassos das políticas macroeconómicas da pró-pobres dos anos 90, o A Cimeira do Milénio em Setembro de 2000 concebeu o *Millennium Development Goals* (MDGs) (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio-ODMs), e preparou uma ambiciosa agenda.

Para reduzir a pobreza e melhorar os níveis de vida das nações pobres. A adopção da Declaração do Milénio por todos os 189-estados membros da Assembleia-Geral das NU. A adopção dos estados membros das NU foi um momento decisivo para a cooperação global dado que congelou novos compromissos dos países industrializados com vista a uma estrutura unificada para ajuda, investimento, comércio e cooperação técnica com as nações pobres. Concordaram também em medidas específicas para avaliar a anuência e actuação de países que recebem ajuda que incluía também um conjunto de compromissos interrelacionados dos países organizadores, com objectivos claros e metas com fins de desenvolvimento, sistemas de governação, paz, segurança e direitos humanos. Para cada ODM, uma ou mais metas foram estabelecidas, a maior parte delas para 2015, usando as estatísticas da

pobreza em 1990 como um ponto de referência. Por entre estas metas, a que se encontra em primeiro lugar é o compromisso para reduzir para metade a proporção de pessoas a viverem com menos de um dólar por dia em 2015, meta esta que não faz sentido nos padrões actuais. Os outros ODM incluem metas com limites temporais relacionados com o aumento da escolaridade básica e eliminando a disparidade educativa entre os sexos; a melhoria das condições ambientais; o aumento do acesso a água potável; a redução de bairros degradados; a redução da mortalidade infanto-maternal; a redução da propagação do HIV/SIDA e a melhoria ao acesso da informação tecnológica para sustentar o desenvolvimento. Desde 2000, a nova Estratégia de Redução da Pobreza levada a cabo pela UNDP e pelo Banco Mundial tornou-se o testemunho formal do desenvolvimento estratégico adoptado por muitos países desenvolvidos. Concebido para proporcionar a base para o auxílio consentido e redução do endividamento para com os países pobres sob iniciativa dos países pobres altamente devedores (PPAD), as estratégias eram supostas serem dirigidas aos países em questão e baseadas num processo participativo de troca de opiniões entre o governo e a sociedade civil. Outros países não-PPAD seguiram estes países na preparação de estratégias para a redução da sua própria pobreza. Apesar destas iniciativas, a pobreza continua inflexível e, em alguns países, aumentou. De acordo com um estudo recente feito em 2004 pelo *Development Research Centre* (DRC) (Centro de Investigação e Desenvolvimento), da Universidade do Sussex, sobre a “Migração, Globalização e Pobreza na África Ocidental e Oriental nos anos 70 e 80”, um número de políticas pró-pobres deficientes foram identificadas. Os investigadores admitiram que:

- Há intenção de facilitar o comércio e a rede de negócios que algumas comunidades diásporas têm desenvolvido no estrangeiro.
- Na prática, há relativamente poucas políticas de iniciativas locais sobre migração e desenvolvimento.

- Há intenção de otimizar a cooperação por toda a África Ocidental com vista a criar um mercado de trabalho mais integrado para profissionais da região, de forma a oferecer percursos bem definidos para o desenvolvimento de uma carreira e formação a um nível local.

O que queremos dizer com políticas de crescimento Pró-pobres

O objectivo do crescimento de políticas pró-pobres é capacitar aquela parte da sociedade que tem falta de meios sociais e equidade individual e, conseqüentemente, de aptidão para participar significativamente no desenvolvimento do país. O compromisso para com as políticas pró-pobreza obriga o governo, os seus parceiros de desenvolvimento bem como ao sector privado a encarar a equidade e a pobreza como processos complementares que garantam um país estável e progressista. As políticas pró-pobreza não deveriam ser acontecimentos colaterais na “preocupação nacional para com o desenvolvimento”. As políticas pró-pobreza referem-se a um conjunto integrado de medidas macro e micro que facilitam a redução rápida e sustentada da pobreza económica de uma vez e através de um padrão de crescimento que considera e habilita pessoas carenciadas, especialmente mulheres, camponeses e cidadãos vulneráveis, para que utilmente participem, contribuam e beneficiem do crescimento. Isto inclui muitas coisas fora do alcance do rendimento pessoal, incluindo a capacidade para desempenhar um papel activo na comunidade ou ter controlo da sua vida. Por conseguinte, nenhum indicador pode abordar todos os problemas à mão. Factores não relacionados com o rendimento, incluindo o nível de educação, saúde e nutrição, habitação, acesso a água potável e terreno – tudo o que tiver um impacto directo na pobreza tem também de ser considerado. Uma tal política abrangente precisa de ser articulada com total envolvimento do sector privado para entregar os serviços projectados a grupos alvo e monitorizados constantemente devido ao impacto e a nuances de implementação.

O que significa pobreza no terreno?

Em linguagem corrente, pobreza é a situação que prevalece quando um membro da sociedade é incapaz, com um esforço razoável, de encontrar um emprego ou um rendimento gerador de bens que lhe permitam um meio adequado de se alimentar, vestir, ter uma casa, estudar e aceder a cuidados básicos de saúde e de comunicação, ou proporcionar esses bens primários para a sua jovem família dentro de um meio socio-económico razoavelmente seguro e estável.

3

O ATOLEIRO DA POBREZA DE ÁFRICA

CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

EMPREGO

BOA GOVERNAÇÃO

EDUCAÇÃO

PRODUÇÃO & TECNOLOGIA

POBREZA

SAÚDE & DOENÇA

ECONOMIA

SEGURANÇA

PRESSÃO SOCIAL

PRESSÃO LABORAL & CONFLITOS ÉTNICOS

CRIME & VIOLÊNCIA

INSTABILIDADE POLÍTICA

Fonte: Taylor, E. S. (2003). "Debt, Poverty and Compliant Africa: The Classics of Retrogression" in Debt Relief Initiatives and Poverty Alleviation: Lessons from Africa. Ed. Mulinge, M. & P. Mufume, African Institute of South Africa, African Century Publications, No 13. ("Dívida, Pobreza e África Condescendente: os clássicos da retrogressão" in Iniciativas de Alívio do Endividamento e Redução da Pobreza: Lições de África". Ed. Mulinge, M&P Mufume, Instituto Africano da África do Sul, African Century Publications, nº 13).

Medidas e dimensões da pobreza: explícitas e implícitas

No espectro do desenvolvimento, a pobreza pode ser expressa de várias maneiras e formas. Pobreza explícita, ou o que chamamos “pobreza crónica” presta-se a uma definição fácil, avaliação, motivação e resposta, enquanto que pobreza implícita, a que chamarei “pobreza casual”, não é tão fácil de definir nem de tratar. Por exemplo, uma pessoa que é pobre crónico ou casual pode ser feliz numa circunstância e infeliz noutra. Assim, por definição, pobreza explícita é baseada na necessidade, visível e, deixada sem vigilância, pode ser contagiosa. As reacções típicas das políticas de pró-pobreza à pobreza explícita são o bem-estar/saúde e o auxílio – i.e. alimentação, mais uma escola, uma clínica, apoio, de uma forma ou de outra. Esta solução é particularmente atractiva para doadores bilaterais e instituições multilaterais porque estão à procura de reparações rápidas e visíveis, respostas antecipadas e impacto, transparência na execução e uma saída tão rápida quanto possível. Na gíria contemporânea que acompanha UNDP’S PRSPS e as SAPS do Banco Mundial tais programas são tratados como complementares e muitas vezes descritas como “redes de segurança sociais”. Por outro lado, “pobreza implícita” ou “pobreza casual” descreve uma condição de pobreza que habitualmente está em aberto e que é relativa. Esta condição expressa também uma situação temporária que, se deixada sem vigilância durante demasiado tempo, pode degenerar em pobreza crónica. São muitos os casos que ilustram este cenário, por exemplo: Serra Leoa, noutros tempos exportadora de arroz sobretudo através de pequenas quintas, sucumbiu às “bênçãos” da ajuda. Hoje, este país é um importador de arroz, enquanto se abandona/mergulha em pobreza e guerras abjectas. A trabalhar no Malawi no começo dos anos 90, fui recordado pelo falecido Presidente Kamuzu Banda, quando estava a promover as UNDPs Poverty Alleviation Strategy (PAS) que o “Malawi era um país pobre com gente pobre, mas que se via muito poucos vestígios de pobreza”. De facto, disse-me sem rodeios para mudar o título do programa UNDP para se passar a ler “Programa de Desenvolvimento de Equidade individual”. Banda fez questão em dizer-me

que ser-se pobre era uma circunstância temporária e que, com instrumentos adequados, as pessoas mudariam esse estatuto, mas que a pobreza era um problema mental no qual as pessoas viam poucas ou nenhuma possibilidade de mudança, não tinham esperança em melhorar a sua difícil situação e que se tinham resignado a essa condição, permanentemente. Sem qualquer garantia, os leitores podem querer reflectir nisto, porque retrospectivamente, Banda estava a pedir à UNDP para providenciar oportunidades, meios, acessos, formação e competências para pequenos empresários, não esmolas/subsídios, bem-estar, auxílio ou refeições gratuitas. Banda recordou-me que todos os habitantes do Malawi tinham acesso a uma pequena porção de terreno, a sementes para cultivar os alimentos de que precisam, uma pequena casa, educação gratuita, acesso ilimitado a cuidados de saúde e, acima de tudo, que eram um povo honrado e honesto.

Políticas macro de pró-pobreza: uma necessidade a rever:

As políticas macroeconómicas de pró-pobreza tendem a chamar a atenção e recursos para a pobreza explícita, isto é, pobreza que é visível e crónica. Como resposta, oferecem o “o quê” em forma de ajuda e bem-estar como solução primeira, porque é rápida, fácil de entregar, simples e mensurável. Ao abordar este desafio, a tendência natural para os governos e doadores é ver “a redução da pobreza” como se fosse um dilema simplista, tendo apenas uma solução genérica e medidas comuns. A outra dimensão da pobreza (pobreza implícita) é muitas vezes ignorada ou mal interpretada dado que requer um nível de compreensão mais profundo e uma resposta que é baseada no “como”, isto é, os meios e a capacidade para crescer ou para produzir “os quês”.

Por definição, estas soluções levam mais tempo, requerem mais reflexão e planeamento mas são mais benéficas para os pobres e viáveis a longo prazo. Tais soluções favorecem o desenvolvimento das Pequenas Empresas Informais (PEI) em vez da resposta tradicional de ajuda e bem-estar. Consequentemente, as Soluções para Alívio da Pobreza (PASs) que emergiram e preocuparam a

agenda e que dizem respeito aos planos nacionais de desenvolvimento na maior parte dos países Africanos durante os anos 80 e 90, foram largamente mal orientados. E, apesar dos extraordinários esforços feitos pelos respectivos governos, parlamentos e políticos, para seguirem a trajectória e avaliarem as políticas pró-pobreza, os impactos e as expectativas provaram ser quer ilusórias quer inconclusivas.

5

Monitorizando políticas pró-pobreza: uma nova abordagem

Usando a definição acima, um membro da sociedade é considerado pobre se o seu padrão de vida se situar abaixo de um nível aceitável o que o impediria de obter os bens essenciais para subsistir. Isto está estabelecido em termos de poder de compra pelo sistema das NU como um montante inferior a 2.50 dólares por dia. Assim, um sistema de monitorização alargado de uma política pró-pobreza seria qualquer processo que concebido para reunir, armazenar, analisar e divulgar informação sobre o impacto e a distribuição dos padrões de vida dos pobres dentro de uma dada sociedade (Taylor:2003). Como representantes eleitos pelo povo, deputados e parlamento são intervenientes principais. Para uma tal actividade de monitorização ser efectivamente levada a cabo, tem de ser aliada à capacidade de liderança do país/grupo em traçar uma política pró-pobreza e à sua capacidade analítica para seguir de perto e avaliar o impacto bem como os processos de distribuição. O anexo 1 apresenta uma matriz especial que seria útil para orientar os acordos parlamentares e para vigiar, determinar e expor os resultados pró-pobreza.

O papel de um Parlamento pró-activo na monitorização da uma política pró-pobreza.

É um facto que a aprovação parlamentar é pedida para ratificar os orçamentos nacionais que são apresentados no seu conjunto no parlamento. Todavia, é também um facto que o ramo executivo do governo raramente apresenta programas específicos e pormenorizados no parlamento, a não ser que tais programas sejam mandatados pelo parlamento ou especificamente pedidos pelas suas comissões. Dada a natureza infiltrante da pobreza e a sua importância em captar estabilidade e segurança nacional, as políticas pró-pobreza precisam de ser seleccionadas, com o seu próprio orçamento, objectivos claros, metas e acordos de implementação. Depois, e só depois, estará o Parlamento apto a escrutinar e monitorizar as políticas de pró-pobreza e a fazer as recomendações necessárias a favor ou contra.

O papel do parlamento nas economias tradicionais é habitualmente demasiado elevado. Os cidadãos sentem que devem servir os seus políticos, em vez de ser o contrário. O papel do parlamento moderno é aumentar a responsabilidade política, garantir que as trocas de opinião na sociedade civil são abrangentes, que o governo faz o que promete, sem alterações, e que as despesas são de facto feitas eticamente e expostas de forma transparente. No caso de a responsabilidade política estar ausente da estratégia de crescimento pró-pobreza, a assistência técnica para a responsabilidade financeira tornar-se-ia menos eficaz.

Enquanto a capacidade representativa do parlamento e da sociedade civil varia de um país para o outro, os mandatos eleitorais dão legitimidade aos parlamentos, o que pode ser determinante para impulsionar o processo para diante no país. Os parlamentos nomeiam um fórum para formar um consenso multipartidário sobre as prioridades na redução da pobreza. Através do apoio da opinião pública e de assembleias de constituintes, os parlamentos ajudam a sustentar os processos participativos que sustentam os PRSP. O actual papel limitado desempenhado pela maioria dos parlamentos a este respeito, isto é, visto como se fosse um carimbo de borracha para aprovar medidas não discutidas pelo parlamento, pode minar os esforços para consolidar o desenvolvimento de instituições democráticas.

Conclusões

Depois de várias décadas de experimentação com políticas macroeconómicas de pró-pobreza e resultados decepcionantes de metas e expectativas, torna-se claro que são necessárias novas abordagens para proverem uma opção sustentável para os pobres poderem vencer a armadilha que é a pobreza. Estar a par das datas previstas acordadas conforme o ODM e da visão nacional e planos de desenvolvimento dos países, da quantidade de recursos, compromisso, ritmo de distribuição e acordos para monitorizar medidas pró-pobreza vão precisar de ser tomadas como prioritárias pelos governos, pelos seus parlamentos e parceiros de desenvolvimento. Em segundo lugar, uma mudança de direcção e abordagem é necessária desde a distribuição de “auxílio, bem-estar e educação genérica” até à equidade, bem-estar e educação vocacional, através do desenvolvimento de empresas pequenas e informais. Uma lista de conselhos está mencionada mais abaixo relativamente à nova abordagem e ao papel de novos acordos para um parlamento pró-activo. Pelas discussões e pelos resultados das pesquisas, parece haver uma má orientação generalizada dos recursos em programas pró-pobres, devida à falta de conhecimentos aprofundados, pelos autores e fomentadores de políticas pró-pobreza, das diversas e complexas características da pobreza em África e, conseqüentemente, do tipo de soluções desejáveis para se dirigirem a eles. Baseada na análise, a dimensão da pobreza popular entre governos e doadores é a que parece dirigir-se menos ao crescimento pró-pobreza e sustentabilidade pelo que os recursos foram doados mais para o bem-estar do que como meios, técnicas e equipamento. Tendo em conta um objectivo a mais longo prazo de uma política pró-pobreza, o estudo revela que uma atribuição/distribuição de recursos deu ênfase à educação como o principal propulsor para a mudança, o que está correcto se a educação estiver inclinada para a procura e oferecer competências funcionais e serviços que gerem receitas e alavancagem.

Portanto, para abordar a **pobreza explícita** é preciso dar um novo rumo à educação e pobreza e esta solução deveria realçar e conduzir competências técnicas, vocacionais e artísticas em direcção a uma ocupação formal e inicialmente, até certo ponto, ao trabalho por conta própria. Similarmente, é preciso um novo conjunto de recursos para abordar a **pobreza implícita**, isto é, (a casual ou pobreza casual) que tem algumas capacidades, formação ou experiência mas acaba por ser vítima do despedimento, supressão, recessão ou de uma economia que não se desenvolve. Esta solução requer equidade para com estratégias pró-pobreza de forma a proporcionar acesso colateral ao trabalho e recurso a capitais de risco conjugados para formação em competências de negócio/ofícios funcionais.

Finalmente, o papel valorizado pelo parlamento para monitorizar a avaliação da implementação de políticas pró-pobreza tem de ser negociada entre o ramo executivo e a legislatura e, como consequência, as funções do parlamentar e comissões especiais vão precisar de ser repensadas à luz de conselhos e negociações. As negociações irão ter em consideração os normais procedimentos para a opinião pública, locais de visita, investigações, relatórios e propostas de várias pastas ministeriais, gabinetes e agências bem como departamentos governamentais e empresas detidas pelo estado.

Questões chave para a monitorização de estratégias de desenvolvimento pró-pobreza

- Em que áreas/sectores as estratégias de crescimento pró-pobreza não estão a funcionar eficazmente?
- Há mecanismos suficientes e adequados no devido lugar para facilitar que os pobres tenham acesso aos serviços sociais?

- Quais são os mecanismos pelos quais a voz dos pobres pode ser ouvida na criação e execução de políticas pró-pobreza, e será que estão a funcionar eficazmente?
- O impacto de políticas públicas e em que medida a informação relevante está disponível para análise do programa/projecto, monitorizando e avaliando quaisquer níveis nacionais e locais.
- Andamento e padrão de redução de índices de pobreza em sectores da comunidade com indivíduos que não residem na localidade onde exercem actividade.
- Estratégias e programas pró-pobreza

Acordos para monitorizar estratégias nacionais de redução de pobreza.

1º Objectivo: Acelerar o desenvolvimento pró-pobreza com equidade.

- Monitorizar o equilíbrio e impacto das políticas macroeconómicas governamentais;
- Monitorizar a competitividade da economia e por quanto é que foi reduzido/aumentado o factor custo, especialmente em áreas rurais;
- Monitorizar o andamento e o padrão do desenvolvimento no sector rural, incluindo terrenos, estradas, serviços agrícolas e o desenvolvimento de iniciativas em empresas pequenas e informais (EPI);
- Monitorizar a qualidade e o impacto de infra-estruturas de suporte providas ou facilitadas pelo governo para encorajar os sectores produtivos especialmente em sistemas de ligação intersectoriais e com pequenas empresas;

2ª Objectivo: Garantir que os pobres têm acesso a serviços sociais básicos.

- Monitorizar o custo e a facilidade de acesso dos pobres a uma educação básica, técnica e vocacional;
- Monitorizar o custo, qualidade e facilidade de acesso dos pobres a serviços de saúde;
- Monitorizar o custo, fiabilidade e facilidade de acesso dos pobres a água, electricidade e informação tecnológica;
- Monitorizar a qualidade e o nível do ambiente em que os pobres vivem incluindo habitação e oportunidades sociais;

3º Objectivo: Acesso/oportunidades ao/para o emprego e actividades geradoras de rendimento para os pobres.

- Monitorizar o grau de vulnerabilidade dos pobres à doença, produção agrícola e outras actividades relacionadas com a agricultura;
- Monitorizar sistemas de ligação de valor acrescentado a serem criados entre os sectores agrícolas, mineiro e manufactureiro em comunidades rurais;
- Monitorizar o alcance e complexidade das actividades rurais que geram receita;
- Monitorizar a oferta e a qualidade das estradas abertas a zonas rurais para acesso ao mercado;

4ª Objectivo: Fomentar o desenvolvimento de sistemas para uma boa governação nas empresas com vista ao cumprimento e serviços de qualidade.

- Monitorizar a qualidade e desempenho dos sistemas de chefia e de governação dedicadas ao desenvolvimento de programas de pró-pobreza.
- Monitorizar o papel dos parlamentares e dos conselheiros e a sua capacidade para exercer a chefia, resolver conflitos e levar a cabo as suas funções de vigilância.
- Monitorizar a capacidade dos governos regionais e locais e as suas necessidades cruciais.
- Monitorizar acordos e recursos para construir sistemas de pró-pobreza em articulação com a agricultura, turismo e terrenos;
- Monitorizar políticas governamentais, práticas e hábitos responsáveis por regular e combater a corrupção.

O papel de acompanhamento do Parlamento

5ª Objectivo: Melhorar o papel do Parlamento na monitorização e avaliação das estratégias pro-pobreza.

- Monitorizar o papel do estado, a sua re-focalização, as receitas da comercialização, estratégias de saída e apoio;
- Monitorizar as práticas governativas em boa governação, gestão de desempenho e responsabilidade pública;
- Monitorizar a implementação de uma política governamental de equidade entre os sexos;

- Monitorizar a competitividade da economia, todos os factores e custos de transacção;
- Monitorizar oportunidades regionais, programas e disparidades;
- Monitorizar o impacto do diálogo entre os sectores governamentais e privados;
- Monitorizar o desempenho da OMA e do diálogo do sector público com o privado;
- Monitorizar as decisões do investimento estrangeiro e os impactos;
- Monitorizar o desempenho das SOE e das instituições do sector público e a sua conformidade com medidas de combate à corrupção.

Recomendações

- Os fazedores de políticas e estratégias deveriam desenvolver uma percepção clara das causas da pobreza, região a região, e traçar uma distinção entre a pobreza “explícita e implícita”;
- Os governos deveriam desenvolver políticas e estratégias pro-pobreza em colaboração com os adequados representantes dos pobres, doadores e sector privado;
- O Parlamento deveria estabelecer uma comissão especial permanente para concentrar a sua responsabilidade de fiscalização na monitorização do impacto das políticas pró-pobreza e sua implementação, e deveria requerer ao ramo executivo o providenciar políticas pró-pobreza claramente articuladas, e programas, juntamente com níveis definidos de afectação de recursos;
- O parlamento deveria estar munido de apoio analítico adequado e/ou capacidades de avaliar, analisar e interpretar estatísticas pró-pobreza para as comissões permanentes do parlamento;
- Os gabinetes de eleitorado político e os titulares das pastas deveriam trabalhar de perto com os representantes regionais e com as chefias do sector privado, para examinarem as estatísticas pró-pobreza, pelo menos

uma vez por trimestre, e fazerem recomendações ao governo para agir ou apoiar;

- Em zonas urbanas, as causas determinantes de maior pobreza deveriam ser identificadas por região e constantemente monitorizados em relação a: (1) capacidade e poder de compra, (2) número de activos e pensionistas, (3) média dos agregados familiares, (4) dimensão média das herdades, (5) riscos relacionados com o clima, (6) competências e capacidades disponíveis, (7) falta de infra-estruturas tais como escolas, hospitais/clínicas, mercados, estações dos correios, telecomunicações, bancos, centros comerciais, representantes da OMA; (8) número de pessoas psíquico e mentalmente estimulantes; (9) taxas de natalidade e de mortalidade; (10) número de jovens por idade, sexo e estado civil; (11) número de pessoas aptas mas desempregadas; (12) número de habitações sem serviços básicos como água, electricidade, telefone, etc.
- Em zonas rurais e suburbanas, alguns desses factor-chave podem variar em conteúdo ou variedade.

Referências:

- AFD (French Development Agency) *et al.* (2005), *Pro-Poor Growth in the 1990s. Lessons and Insights from 14 Countries*, Washington DC.
- Beck, T., A. Demirguc-Kunt and R. Levine (2004), "Finance, Inequality and Poverty: Cross Country Evidence", NBER Working Paper 1979.
- Bernabé, S. and G. Krstić (2005), "Labor Productivity and Access to Markets Matter for Pro-Poor Growth: the 1990s in Burkina Faso and Vietnam", Sectoral Papers, Operationalising Pro-Poor Growth (OPPG), World Bank, Washington DC.
- Bourguignon, F. (2004), "The Poverty-Growth-Inequality Triangle", paper presented at the Indian Council for Research on International Economic Relations, New Delhi, 2004.
- Calderon, C. and L. Servén (2004), "The Effects of Infrastructure Development on Growth and Income Distribution", *World Bank Policy Research Working Paper 3400*.
- Datt, G. and M. Ravallion (1998), "Why have some Indian States done better than others at reducing rural poverty?", in *Economica*, Vol. 65, No. 257, February 1998, pp.17-38.
- DFID (Department for International Development), *et al.* (2002), *Linking Poverty Reduction and*

Environmental Management: Policy Challenges and Opportunities.

DFID (2005), *Using Drivers of Change to Improve Aid Effectiveness*, a DFID Best Practise Paper.

Gallup, J., S. Radelet and A. Warner (1997), "Economic Growth and the Income of the Poor", *CAER Discussion Paper 36*, Harvard University, Harvard Institute for International Development, Cambridge, Mass.

ILO (2002), *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*, International Labour Organization, Geneva.

IMF (International Monetary Fund) and World Bank (2005), *Review of the Poverty Reduction Strategy Approach: Balancing Accountabilities and Scaling Up Results*.

Irz, X. *et al.* (2001), "Agricultural Productivity Growth and Poverty Alleviation", *Development Policy Review* Vol. 19, No. 4, pp. 449 – 66.

de Janvry, A. and E. Sadoulet (1996), "Growth, Inequality and Poverty in Latin America: A Causal Analysis 1970-94", *Working Paper 784*, University of California, Berkeley, California.

McKay, A. (2005), "Tools for Analysing Growth and Poverty: An Introduction", Background Paper, Operationalising Pro-Poor Growth (OPPG).

Klasen, S. (2005a), "Economic Growth and Poverty Reduction: Measurement and Policy Issues", OECD Development Centre, Working Paper No. 246.

Klasen, S. (2005b), "Pro-Poor Growth and Gender: What can we learn from the Literature and the OPPG Case Studies?", Sectoral Papers, Operationalising Pro-Poor Growth (OPPG).

Moreno Torres, M. and M. Anderson (2004), "Fragile States: Defining Difficult Environments for Poverty Reduction", PRDE Working Paper 1, Poverty Reduction in Difficult Environments Team, Policy Division, DFID.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) (2001), *Poverty Reduction, The DAC Guidelines*, OECD, Paris.

OECD (2005a), *Environmental Fiscal Reform for Poverty Reduction*, DAC Guidelines and Reference Series, OECD, Paris.

Ravallion, M. (2004), "Pro-Poor Growth: A Primer", The World Bank, *Policy Research Working Paper No. 3242*.

Rodrik, D. and A. Subramanian (2004), "From Hindu Growth to Productivity Surge: The Mystery of the Indian Growth Transition", NBER Working Paper No. 10376, Cambridge, Mass.

Sachs, J. and A. Warner (1995), "Natural Resource Abundance and Economic Growth", NBER Working Paper No. W5398, Cambridge, Mass.

UNDP (United Nations Development Program) (1996), *Human Development Report (1996 –Economic growth and human development*, New York.

UNDP (United Nations Development Program) (1997-2004), *Human Development Report*, New York.

Wilhelm, V. and I. Fiestas (2005), "Exploring the Link between Public Spending and Poverty Reduction: Lessons from the 1990s", WBI Working Papers

Taylor, E. S. (2002). "Role of Public Sector in Emerging and Transitional Economies: New Look at the Old Debate", in *Public Finance*, 149-172, Abagar Veliko Tarnovo Publishers, Svistov, Bulgaria.

Taylor, E. S. (2003). "Debt, Poverty and Compliant Africa: The Classics of Regression" in Debt Relief Initiatives and Poverty Alleviation: Lessons from Africa. Ed. Mulinge, M. & P. Mufume, African Institute of South Africa, African Century Publications, No 13.

Banco Mundial (2000), Relatório de Desenvolvimento Mundial 2000/2001: *Ataque à Pobreza*, Washington, D.C.

Banco Mundial (2005a), Crescimento Económico nos anos 90: *Aprender depois de uma Década de Reformas*, Washington, D.C.

Banco Mundial (2005b), *Para Lá da Cidade: A Contribuição Rural para o Desenvolvimento*, Washington, D.C.

Banco Mundial (2006a), Relatório de Desenvolvimento Mundial 2006 – *Equidade e Desenvolvimento*, Washington, D.C.

Banco Mundial (2006b), *Redução e Crescimento da Pobreza: Círculos Viciosos e Virtuosos*, Washington, D.C.

Anexo 1: A MONITORIZAÇÃO PRÓ-POBREZA DO PARLAMENTO & SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Principais Instrumentos Parlamentares

Sectores Parlamentares & Comissões Permanentes Especiais

Opinião Pública

Visitas e Sondagens

Relatórios de Departamento & Propostas

Relatórios do Auditor-Geral

Inquéritos das Comissões Parlamentares

Auditorias especiais & Estudos

1. Comissão Permanente Especial (Para coordenar)

2. Comissões Sectoriais Permanentes

- Fomento do investimento e do desenvolvimento da industria e do comércio
- Políticas agrícolas; terrenos do estado; industria pesqueira; criação de animais
- Energia eléctrica; rede rodoviária, transporte por estrada e caminhos-de-ferro
- Saúde; Segurança Social e bem-estar;
- Habitação; Reabilitação, Restabelecimento e Reconstrução
- Educação; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Ciência & Tecnologia
- Emprego & relações laborais
- Telecomunicações; meios de Comunicação; correios
- Direitos Humanos, igualdade de oportunidades e equidade entre os sexos.
- Protecção ambiental e desenvolvimento sustentável

Caracterização do impacto de políticas pro-pobreza macro e micro - custos e benefícios

Bem-estar, ajuda e provimentos

Sistemas de articulação, recursos e *Networking*

Rendimento/Emprego directo/indirecto

Taxas governamentais, impostos & receita pública

Formação / Competências, terrenos e equipamento

Valor acrescentado/ Substituição *Export/Import*